



FICHA DE CADASTRO

Dec nº.: _____, de ____/____/____
DOE Nº.: _____, de ____/____/____
Efeitos a partir de ____/____/____

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA EFETIVAÇÃO DO CADASTRO JUNTO A SEGAD/RR:

1- CÓPIAS DO TITULAR: DOC. IDENTIDADE, CPF, TÍTULO DE ELEITOR, PIS/PASEP, COMPROVANTE DE CONTA BANCÁRIA, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA, FOTO 3X4, CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE, CERTIDÃO DE CASAMENTO (SE CASADO), CARTEIRA DE RESERVISTA (SEXO MASCULINO), CARTEIRA DE TRABALHO (APENAS PARA EMPREGADO PÚBLICO) E CNH (APENAS MOTORISTAS).
2- DOC. IDENTIDADE OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO E CPF PARA OS DEPENDENTES.
3- COMPROVANTE DE REGULARIDADE CADASTRAL NO E-SOCIAL: <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

NOME:	M F		
ESTADO CIVIL:	RAÇA/COR:	SEXO:	
NACIONALIDADE:		P.C.D:	SIM NÃO
NATURALIDADE.:		TIPO:	
DATA DE NASCIMENTO:	TIPO SANGUÍNEO/RH:	POSSUI MOLESTIA GRAVE?:	SIM NÃO
NOME DA MÃE:	NOME DO PAI:		

DOCUMENTAÇÃO

CPF:	PIS/PASEP:	
DOC. DE IDENTIDADE N.:	ORGÃO EXPEDIDOR /UF:	DATA DE EXPEDIÇÃO:
CART. DE RESERVISTA N.:	ORGÃO EXPEDIDOR/UF:	DATA DE EXPEDIÇÃO:
CATEGORIA DA RESERVA:		ANO DE RESERVA:
TÍTULO DE ELEITOR N.:	SEÇÃO:	ZONA:
CIDADE DE VOTAÇÃO:		DATA DE EXPEDIÇÃO:
		UF:
CARTEIRA DE TRABALHO:	SÉRIE DA CTPS:	UF:
		DATA DE EXPEDIÇÃO:

ESCOLARIDADE

GRAU DE INSTRUÇÃO:	
CURSO:	ORGÃO/INSTITUIÇÃO

DADOS FUNCIONAIS

ANO INÍCIO DO PRIMEIRO EMPREGO:	ANO FIM DO PRIMEIRO EMPREGO:	OCUPA VAGA PARA DEFICIENTE OU REABILITAÇÃO?	SIM NÃO
LOTAÇÃO ATUAL:	CARGO/FUNÇÃO:		
SERVIDOR DO QUADRO EFETIVO?	SIM NÃO	COD. CARGO/FUNÇÃO:	
	MATRÍCULA:	CARGO/EFETIVO:	
SERVIDOR FEDERAL?	SIM NÃO	MATRÍCULA SIAPE:	
CNH nº.:	DATA DE VALIDADE:	DATA DE EXPEDIÇÃO:	UF:
DATA DA PRIMEIRA HABILITAÇÃO:	CATEGORIA DA HABILITAÇÃO:		

ESTRANGEIROS

DATA DE CHEGADA
NO PAÍS:

DATA LIMITE DE
PERMANÊNCIA:

REGISTRO NACIONAL
DE ESTRANGEIRO nº.:

ANO DE CHEGADA
NO PAÍS:

ENDEREÇO E CONTATOS

CEP:

LOGRADOURO:

NÚMERO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

COMPLEMENTO:

ESTADO/UF:

CELULAR (DDD):

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS

CÓDIGO DO BANCO:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

DATA E LOCAL

ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A)

2. DECLARAÇÃO DE GRAU DE PARENTESCO

NOME:

CPF:

VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR

Efetivo ocupante de função de confiança ou cargo em comissão

1 - nome do cargo efetivo:

2- nome do cargo em comissão:

Ocupante de função de confiança ou cargo em comissão

1- nome do cargo em comissão:

Requisitado ou cedido (à disposição, ocupante de cargo em comissão)

1 - nome do cargo efetivo:

2- nome do cargo em comissão:

Possui grau de parentesco, na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com o Governador, Secretário de Estado, Diretor ou Presidente de Autarquia, ou Fundação Estadual, com Diretor de sociedade de Economia Mista ou Empresa Pública Estadual, ou Chefe de Coordenadoria Estadual ou com qualquer ocupante de cargos de provimento em comissão ou função gratificada?

SIM	NÃO		
NOME DO PARENTE	CARGO	RELAÇÃO DE PARENTESCO	ORGÃO

Possui relação conjugal (marido, esposa, companheiro, companheira) com o Governador, Secretário de Estado, Diretor ou Presidente de Autarquia, ou Fundação Estadual, com Diretor de sociedade de Economia Mista ou Empresa Pública Estadual, ou Chefe de Coordenadoria Estadual ou com qualquer ocupante de cargos de provimento em comissão ou função gratificada?

SIM	NÃO		
NOME DO CÔNJUGE	CARGO		ORGÃO

Observações:

*Parente em linha reta (bisavô(ó), avô(ó), pai, mãe, filho(a), neto(a), bisneto(a))

**Parente em linha colateral (tio, tia, irmão, irmã, sobrinho, sobrinha)

*** Parente por afinidade (sogro, sogra, genro, nora, cunhado, cunhada)

Data e Local

Assinatura do servidor

Base Legal:

Enunciado nº.: 13 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal

"A nomeação do cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício do cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estado, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

3. DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS
OU FUNÇÕES PÚBLICAS

NOME:

CPF:

CARGO/FUNÇÃO:

DECLARA À SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO PARA FINS DE OCUPAÇÃO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA QUE:

NÃO ACUMULA CARGOS, EMPREGOU OU FUNÇÕES PÚBLICAS

ACUMULA CARGOS, EMPREGOU OU FUNÇÕES PÚBLICAS DE

NO/NA (DENOMIÇÃO DA INSTITUIÇÃO)

COM O SEGUINTE HORÁRIO DE TRABALHO:

De segunda à sexta-feira: das às horas.

De segunda à sexta-feira: das às horas e sábados das às

Segunda-feira das às horas. das às horas.

Terça-feira das às horas. das às horas.

Quarta-feira das às horas. das às horas.

Quinta-feira das às horas. das às horas.

Sexta-feira das às horas. das às horas.

Sábado das às horas. das às horas.

É aposentado no cargo de

recebendo os proventos através do/da

DECLARO SOB AS PENALIDADES LEGAIS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS E DE MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

RENOVAR ESTA DECLARAÇÃO SEMPRE QUE OCORRER ALTERAÇÃO DOS DADOS ACIMA

Data e Local

ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A) DECLARANTE

4. DECLARAÇÃO DE BENS DO SERVIDOR

NOME:

CPF:

CARGO/FUNÇÃO:

DECLARO QUE POSSUO
BENS

DECLARO QUE NÃO POSSUO
BENS

DISCRIMINAÇÃO

VALOR EM R\$

OBSERVAÇÕES:

CONSTITUI CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA A OMISSÃO DE DECLARAÇÃO EM DOCUMENTO PÚBLICO OU A INSERÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA DIVERSA DA QUE DEVIA CONSTAR, COM O FIM DE ALTERAR A VERDADE DO FATO, JURIDICAMENTE RELEVANTE (ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO).

CONFORME LEI 8429/92:

ART. 13 A POSSE E O EXERCÍCIO DE AGENTE PÚBLICO FICAM CONDICIONADOS À APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES QUE COMPÕEM O SEU PATRIMÔNIO PRIVADO, A FIM DE SER ARQUIVADA NO SERVIÇO DE PESSOAL COMPETENTE. PARÁGRAFO 1 - A DECLARAÇÃO COMPREENDERÁ IMÓVEIS, MÓVEIS, SEMOVENTES, DINHEIRO, TÍTULOS, AÇÕES E QUALQUER OUTRA ESPÉCIE DE BENS E VALORES PATRIMONIAIS, LOCALIZADO NO PAÍS OU NO EXTERIOR, E, QUANDO FOR O CASO, ABRANGERÁ OS BENS E VALORES PATRIMONIAIS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO, DOS FILHOS E DE OUTRAS PESSOAS QUE VIVAM SOB A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO DECLARANTE, EXCLUÍDOS APENAS OBJETOS E UTENSÍLIOS DE USO DOMÉSTICO. PARÁGRAFO 2 - A DECLARAÇÃO DE BENS SERÁ ANUALMENTE ATUALIZADA E NA DATA EM QUE O AGENTE PÚBLICO DEIXAR O EXERCÍCIO DO MANDATO, CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO. PARÁGRAFO 3 - SERÁ PUNIDO COM A PENA DE DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS, O AGENTE PÚBLICO QUE SE RECUSAR A PRESTAR DECLARAÇÃO DOS BENS, DENTRO DO PRAZO DETERMINADO, OU QUE PRESTAR FALSA. PARÁGRAFO 4 - O DECLARANTE A SEU CRITÉRIO, PODERÁ ENTREGAR CÓPIA DA DECLARAÇÃO ANUAL DE BENS APRESENTADA A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL NA CONFORMIDADE DA LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA, COM AS NECESSÁRIAS ATUALIZAÇÕES, PARA SUPRIR A EXIGÊNCIA CONTIDA NO CAPUT E NO PARÁGRAFO 2 DESTE ARTIGO.

DATA E LOCAL

ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A)

5. DECLARAÇÃO DE BENS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO

NOME:

CPF:

CARGO/FUNÇÃO:

NOME CÔNJUGE:

CPF DO CÔNJUGE:

DECLARO QUE POSSUO
BENS

DECLARO QUE NÃO POSSUO
BENS

DECLARO QUE NÃO POSSUO
CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)

DISCRIMINAÇÃO

VALOR EM R\$

OBSERVAÇÕES:

CONSTITUI CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA A OMISSÃO DE DECLARAÇÃO EM DOCUMENTO PÚBLICO OU A INSERÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA DIVERSA DA QUE DEVIA CONSTAR, COM O FIM DE ALTERAR A VERDADE DO FATOS, JURIDICAMENTE RELEVANTE (ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO).

CONFORME LEI 8429/92:

ART. 13 A POSSE E O EXERCÍCIO DE AGENTE PÚBLICO FICAM CONDICIONADOS À APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES QUE COMPÕEM O SEU PATRIMÔNIO PRIVADO, A FIM DE SER ARQUIVADA NO SERVIÇO DE PESSOAL COMPETENTE. PARÁGRAFO 1 - A DECLARAÇÃO COMPREENDERÁ IMÓVEIS, MÓVEIS, SEMOVENTES, DINHEIRO, TÍTULOS, AÇÕES E QUALQUER OUTRA ESPÉCIE DE BENS E VALORES PATRIMONIAIS, LOCALIZADO NO PAÍS OU NO EXTERIOR, E, QUANDO FOR O CASO, ABRANGERÁ OS BENS E VALORES PATRIMONIAIS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO, DOS FILHOS E DE OUTRAS PESSOAS QUE VIVAM SOB A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO DECLARANTE, EXCLUÍDOS APENAS OBJETOS E UTENSÍLIOS DE USO DOMÉSTICO. PARÁGRAFO 2 - A DECLARAÇÃO DE BENS SERÁ ANUALMENTE ATUALIZADA E NA DATA EM QUE O AGENTE PÚBLICO DEIXAR O EXERCÍCIO DO MANDATO, CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO. PARÁGRAFO 3 - SERÁ PUNIDO COM A PENA DE DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS, O AGENTE PÚBLICO QUE SE RECUSAR A PRESTAR DECLARAÇÃO DOS BENS, DENTRO DO PRAZO DETERMINADO, OU QUE PRESTAR FALSA. PARÁGRAFO 4 - O DECLARANTE A SEU CRITÉRIO, PODERÁ ENTREGAR CÓPIA DA DECLARAÇÃO ANUAL DE BENS APRESENTADA A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL NA CONFORMIDADE DA LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA, COM AS NECESSÁRIAS ATUALIZAÇÕES, PARA SUPRIR A EXIGÊNCIA CONTIDA NO CAPUT E NO PARÁGRAFO 2 DESTE ARTIGO.

DATA E LOCAL

ASSINATURA DO DECLARANTE CÔNJUGE OU
COMPANHEIRO

ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A)

6. DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

NOME:

CPF:

CARGO/FUNÇÃO:

POSSUO DEPENDENTE(S)

NÃO POSSUO DEPENDENTE(S)

1

NOME:

CPF:

DATA DE NASCIMENTO:

SEXO:

M

F

PARENTESCO:

DECLARAR PARA FINS DE IR:

SIM

NÃO

DECLARAR PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS:

SIM

NÃO

DECLARAR PARA FINS DE IR/PREV:

SIM

NÃO

P.C.D

SIM

NÃO

TIPO:

É UNIVERSITÁRIO?:

SIM

NÃO

DEPENDENTE PARA SALÁRIO FAMÍLIA?:

SIM

NÃO

2

NOME:

CPF:

DATA DE NASCIMENTO:

SEXO:

M

F

PARENTESCO:

DECLARAR PARA FINS DE IR:

SIM

NÃO

DECLARAR PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS:

SIM

NÃO

DECLARAR PARA FINS DE IR/PREV:

SIM

NÃO

P.C.D

SIM

NÃO

TIPO:

É UNIVERSITÁRIO?:

SIM

NÃO

DEPENDENTE PARA SALÁRIO FAMÍLIA?:

SIM

NÃO

3

NOME:

CPF:

DATA DE NASCIMENTO:

SEXO:

M

F

PARENTESCO:

DECLARAR PARA FINS DE IR:

SIM

NÃO

DECLARAR PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS:

SIM

NÃO

DECLARAR PARA FINS DE IR/PREV:

SIM

NÃO

P.C.D

SIM

NÃO

TIPO:

É UNIVERSITÁRIO?:

SIM

NÃO

DEPENDENTE PARA SALÁRIO FAMÍLIA?:

SIM

NÃO

4

NOME:

CPF:

DATA DE NASCIMENTO:

SEXO:

M

F

PARENTESCO:

DECLARAR PARA FINS DE IR:

SIM

NÃO

DECLARAR PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS:

SIM

NÃO

DECLARAR PARA FINS DE IR/PREV:

SIM

NÃO

P.C.D

SIM

NÃO

TIPO:

É UNIVERSITÁRIO?:

SIM

NÃO

DEPENDENTE PARA SALÁRIO FAMÍLIA?:

SIM

NÃO

DECLARO SOB AS PENALIDADES LEGAIS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS E DE MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE, NÃO CABENDO A FONTE PAGADORA QUALQUER RESPONSABILIDADE PERANTE A FISCALIZAÇÃO.

DATA E LOCAL

ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A)

OBSERVAÇÕES:

1 - CÓPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU IDENTIDADE DO DEPENDENTE

2 - CÓPIA DO CPF DO DEPENDENTE

CONSTITUI CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA A OMISSÃO DE DECLARAÇÃO EM DOCUMENTO PÚBLICO OU A INSERÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA DIVERSA DA QUE DEVEA CONSTAR , COM O FIM DE ALTERAR A VERDADE DO FATO, JURIDICAMENTE RELEVANTE (ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO)